Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor



Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



CNJ regulamenta adjudicação compulsória de imóveis por cartórios

É possível reconhecer usufruto de imóvel sem registro do título em cartório, diz STJ

TJRJ libera terreno no Jacaré para programa do Governo do Estado do Rio

TJAC mantém condenação de empresas que falharam na entrega e instalação de mármore

STF mantém validade de Regime Diferenciado de Contratações Públicas

TRF4 – Liminar impede novas intervenções em área do entorno da Estação Ecológica de Carijós

STJ – Terceira Turma confirma dispensa de formalidades excessivas para execução extrajudicial de taxas condominiais

TRF1 – Transferência de imóvel desapropriado só ocorre mediante pagamento integral da indenização



@MOTAKALUME ADV



Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor



Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



TRF1 – Atraso na entrega de imóvel gera ressarcimento independente de existirem cláusulas contratuais expressas

AGU publica orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos, para que, nos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/21 (nova lei de licitações), em regra, é vedado o pagamento antecipado, parcial ou total, do objeto contratado, sendo excepcionalmente admitido desde que, motivadamente, seja justificado o preenchimento cumulativo de requisitos

Município e empresa indenizarão União em R\$ 508 mil por lavra irregular de areia e saibro

Solução de consulta da Receita Federal – Nos termos da legislação tributária, aplica-se o percentual de 32% (trinta e dois por cento) para fins de apuração do Lucro Presumido, base de cálculo do IRPJ, sobre a receita bruta gerada da prestação de serviço de engenharia civil em geral, ainda que mediante contrato de prestação de serviço precedido de licitação pública





